

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

01- À luz da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

- I. Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.
- II. A saúde exige contribuição prévia.
- III. A Previdência Social exige contribuição prévia.
- IV. A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente I está incorreto.
- c) II e IV estão incorretos.
- d) I e II estão incorretos.
- e) III e IV estão incorretos.

02- Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção correta.

- a) Universalidade da base de financiamento.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Irredutibilidade do valor dos serviços.
- d) Equidade na cobertura.
- e) Diversidade do atendimento.

03- Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à gestão da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal.

- a) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, monocrática, quadripartite.
- b) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática, quadripartite.
- c) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, colegiada, quadripartite.
- d) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, tripartite.
- e) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, quadripartite.

04- Pedro, menor carente, de 12 anos, e Paulo, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais (Assistência Social) e de saúde pública (Saúde).

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

- a) Pedro e Paulo podem participar da Assistência Social.
- b) só Pedro pode participar da Saúde.
- c) Pedro só pode participar da Assistência Social.
- d) Paulo pode participar da Assistência Social.
- e) Pedro e Paulo podem participar da Saúde.

05- A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta.

- a) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não pode contratar com o poder público.
- b) A lei não pode instituir outras fontes de custeio além das previstas na Constituição Federal.
- c) Pode-se criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
- d) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da lei.
- e) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de utilidade pública federal.

06- A respeito da organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção incorreta.

- a) As contribuições sociais da empresa podem ter alíquotas diferenciadas.
- b) O orçamento da seguridade social dos entes federados descentralizados é distinto do orçamento da União.
- c) Pode ser dada remissão para as contribuições sociais das empresas sobre a folha de salários.
- d) A lei definirá critério de transferência de recursos para o sistema único de saúde.
- e) Poderá haver contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.

07- A Saúde é direito de todos e dever do Estado; analise as assertivas abaixo, buscando a correta, nos termos da definição constitucional da Saúde.

- a) A manutenção dos índices do risco de doença e de outros agravos constituem garantia constitucional.
- b) O acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
- c) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema múltiplo.
- d) Atendimento integral, com prioridade para as atividades repressivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é característica da saúde.
- e) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

08- Com relação à forma com que as ações e serviços de saúde, em regra, são executados, assinale a opção incorreta em relação às instituições autorizadas a realizá-las:

- a) Instituições privadas.
- b) Instituições públicas.
- c) Instituições públicas municipais.
- d) Empresas de capitais estrangeiros.
- e) Instituições privadas locais.

09- Ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

- a) executar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a proteção dos desfavorecidos.
- b) ordenar a formação de recursos materiais na área de assistência.
- c) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- d) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- e) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

10- À luz da competência constitucional da Previdência Social, julgue os itens abaixo que são de competência da Previdência Social:

- I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
 - II. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
 - III. pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
 - IV. a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- a) Todos estão corretos.
 - b) Somente IV está incorreto.
 - c) I e II estão incorretos.
 - d) I e III estão incorretos.
 - e) III e IV estão incorretos.

11- Considerando a orientação dos Tribunais Superiores sobre a legislação previdenciária, assinale a assertiva incorreta.

- a) A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.
- b) Não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores como contribuintes obrigatórios da Previdência Social.
- c) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
- d) Em caso de acidente de trabalho ou de transporte, a companheira tem direito a ser indenizada pela morte do amásio, se entre eles havia impedimento para o matrimônio.
- e) A ação acidentária prescinde do esgotamento da via administrativa.

12- Não é segurado facultativo da Previdência Social:

- a) pessoa participante de regime próprio de previdência.
- b) a dona-de-casa.
- c) o síndico de condomínio, quando não remunerado.
- d) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social.
- e) o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa.

13- Nos termos da legislação previdenciária, assinale qual dos requisitos abaixo não é exigido da empresa para fins de isenção de contribuições.

- a) Ser reconhecida como de utilidade pública federal.
- b) Ser reconhecida como de utilidade pública pelo respectivo Estado, Distrito Federal ou Município onde se encontre a sua sede.
- c) Ser portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
- d) Não perceber seus diretores vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas pelo respectivo estatuto social.
- e) Estar em situação irregular em relação às contribuições sociais.

14- Nos termos da legislação previdenciária, assinale a opção na qual não é exigido da empresa a prova da inexistência de débito.

- a) Na licitação.
- b) Na contratação com o poder público.
- c) No recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou crédito concedidos pelo poder público.
- d) Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de pequeno valor incorporado ao ativo permanente da empresa.
- e) Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel.

15- A respeito do regime geral de previdência social e da classificação dos segurados obrigatórios, assinale a assertiva incorreta.

- a) Como empregado – aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) Como trabalhador avulso – quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos em Regulamento.
- c) Como contribuinte individual – o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- d) Como empregado – o titular de firma individual urbana ou rural.
- e) Como contribuinte individual – o diretor não-empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima.

16- A respeito do conceito previdenciário de empresa ou de empregador doméstico, assinale a assertiva incorreta.

- a) Empresa – a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- b) Empregador doméstico – a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
- c) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço.
- d) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a cooperativa.
- e) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade.

17- Não constitui receita das contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
- b) as dos empregadores domésticos, incidentes sobre o salário-de-contribuição dos empregados domésticos a seu serviço.
- c) as provenientes da União.
- d) as das empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

18- A respeito dos períodos de carência, assinale qual dos benefícios abaixo necessita de período de carência:

- a) Pensão por morte.
- b) Auxílio-reclusão.
- c) Salário-família.
- d) Auxílio-acidente.
- e) Auxílio-doença.

19- Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta.

- a) Aposentadoria por invalidez – segurado.
- b) Pensão por morte – dependente.
- c) Salário-família – segurado.
- d) Auxílio-acidente – dependente.
- e) Auxílio-doença – segurado.

20- Com relação às espécies de prestações e aos períodos de carência correspondentes, assinale a opção incorreta.

- a) Aposentadoria por invalidez oriunda de doença profissional – doze contribuições.
- b) Auxílio-doença – doze contribuições.
- c) Salário-família – zero contribuições.
- d) Auxílio-funeral – zero contribuições.
- e) Pensão por morte – zero contribuições.

21- Com relação ao auxílio-doença e suas características, assinale a opção incorreta.

- a) Benefício continuado.
- b) Devido ao segurado.
- c) Extinção do benefício pela recuperação da capacidade para o trabalho.
- d) Possui prazo de carência, em regra.
- e) Incapacitação permanente para o trabalho.

22- Com relação ao auxílio-acidente e suas características, assinale a opção incorreta.

- a) Benefício instantâneo.
- b) Devido ao segurado.
- c) Caráter indenizatório.
- d) Vinculado a seqüelas consolidadas.
- e) Extinção do benefício pelo óbito do segurado.

23- Com relação à aposentadoria por invalidez e suas características, assinale a opção incorreta.

- a) Benefício de renda mensal.
- b) Exige, em regra, carência.
- c) Extinção do benefício com o retorno voluntário à atividade.
- d) Pode ser acumulado com auxílio-doença.
- e) Alíquota de 100% do salário-de-benefício.

24- Com relação à reabilitação profissional e suas características, assinale a opção incorreta.

- a) Desenvolve capacidades residuais das pessoas incapacitadas.
- b) É um benefício temporário.
- c) Busca integração no mercado de trabalho.
- d) Exige trabalho integrado de profissionais de diferentes áreas.
- e) Permite readaptação profissional.

25- A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado, assinale a opção incorreta.

- a) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições sem limite de prazo para quem está em gozo de benefício.
- b) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
- c) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver licenciado sem remuneração.
- d) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso.
- e) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

26- Constituem parcelas integrantes do salário de contribuição, exceto:

- a) o salário-maternidade.
- b) gratificação natalina para todos os fins.
- c) a remuneração paga.
- d) o salário-base para o contribuinte individual.
- e) a remuneração registrada na Carteira de Trabalho para o empregado doméstico.

27- Nos termos do Regulamento da Previdência Social, Decreto-lei 3.048/99, são obrigações acessórias da relação tributária previdenciária, exceto:

- a) preparar folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter, em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamentos.
- b) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
- c) prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.

d) encaminhar ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados, até o dia dez de cada mês, cópia da Guia da Previdência Social relativamente à competência anterior.

e) pagar todas contribuições sociais devidas no período de apuração, juntamente com as multas decorrentes do atraso no pagamento.

28- Nos termos do Regulamento da Previdência Social, analise as assertivas a respeito da responsabilidade solidária da contribuição social, assinalando a correta.

a) A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão-de-obra deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços e recolher a importância retida em nome da empresa contratada.

b) O proprietário, o incorporador definido na Lei nº 4.591, de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, cuja contratação da construção, reforma ou acréscimo não envolva cessão de mão-de-obra, não são solidários com o construtor.

c) Considera-se construtor, para os efeitos do Regulamento da Previdência Social, a pessoa física ou jurídica que executa obra sob sua responsabilidade, no todo ou em parte.

d) Exclui-se da responsabilidade solidária perante a seguridade social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realize a operação com empresa de comercialização.

e) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes do disposto no Regulamento da Previdência Social.

29- Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva correta a respeito da notificação fiscal de lançamento de débito.

- a) Constatada a falta de recolhimento de qualquer contribuição ou outra importância devida nos termos desse Regulamento, a fiscalização lavrará notificação fiscal de lançamento, após a segunda advertência ao contribuinte faltoso.
- b) A notificação fiscal de lançamento deverá discriminar com clareza e precisão os fatos geradores, as contribuições devidas e os períodos a que se referem.
- c) Não haverá notificação fiscal de lançamento em caso de falta de pagamento de benefício reembolsado.
- d) Recebida a notificação, a empresa, o empregador doméstico ou o segurado terão o prazo de dez dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa.
- e) O crédito não pago, mesmo que questionado na via administrativa, será inscrito em Dívida Ativa.

30- Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva incorreta a respeito do parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social.

- a) Caso o segurado contribuinte individual manifeste interesse em recolher contribuições relativas a período anterior à sua inscrição, a retroação da data do início das contribuições será autorizada, podendo ser parcelado o pagamento.
- b) As contribuições sociais objeto de parcelamento ficam sujeitas, entre outros acréscimos, a juros de mora, de caráter irrelevável, incidentes sobre o valor atualizado.
- c) Poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas do segurado empregado.
- d) A empresa ou segurado que tenha sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, por obter vantagem ilícita em prejuízo da seguridade social ou de suas entidades, não poderá obter parcelamento de seus débitos.
- e) O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

31- Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva correta a respeito da prescrição e da decadência.

- a) É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício.
- b) A contagem do prazo de decadência do direito do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício começa do segundo dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- c) O direito da seguridade social de apurar e constituir seus créditos extingue-se após dez anos.
- d) Na hipótese de ocorrência de dolo, fraude ou simulação, a seguridade social não pode, a qualquer tempo, apurar e constituir seus créditos.
- e) O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue-se com o decurso do prazo de cento e oitenta dias.

32- Nos termos da legislação previdenciária, assinale a assertiva correta a respeito da restituição e compensação de contribuições.

- a) Na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido, a contribuição não será atualizada monetariamente.
- b) Será admitida a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social, que, por sua natureza, tenha sido transferida ao preço de bem ou serviço oferecido à sociedade.
- c) Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a seguridade social, arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
- d) A restituição de contribuição ou de outra importância recolhida indevidamente, que comporte, por sua natureza, a transferência de encargo financeiro, será feita de imediato.
- e) Direito de pleitear judicialmente a compensação só pode ser exercido no prazo de cento e oitenta dias do seu pagamento.

33- Nos termos da legislação previdenciária, assinale qual benefício é reembolsado à empresa:

- a) salário-família pago aos segurados a seu serviço.
- b) auxílio-acidente.
- c) aposentadoria por idade.
- d) aposentadoria por invalidez.
- e) pensão por morte.

34- A respeito de crime, responsabilização civil, criminal e administrativa contra a previdência social, assinale a opção incorreta a respeito da(s) natureza(s) da conduta "Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional":

- a) infração administrativa.
- b) crime.
- c) crime tipificado no Código Penal brasileiro.
- d) crime tipificado na Lei 8.212/91.
- e) infração administrativa que acarreta sanção administrativa.

35- A respeito do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), assinale a opção incorreta.

- a) O SIMPLES visa regular dispositivo da Constituição Federal.
- b) Microempresa e empresas de pequeno porte são sinônimos na legislação do SIMPLES.
- c) A inscrição no SIMPLES isenta o recolhimento da contribuição do empregado pela empresa.
- d) A inscrição no SIMPLES não isenta o recolhimento do Imposto de Importação.
- e) A inscrição no SIMPLES não isenta o recolhimento do Imposto Territorial Rural.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

36- Acerca das regras de suspensão e interrupção do contrato individual de trabalho, assinale a opção correta.

- a) Quando interrompida a prestação de serviços para que o empregado cumpra as exigências do serviço militar, assiste ao empregador o direito de alterar ou rescindir o contrato de trabalho, no exercício de seu livre poder diretivo.
- b) Considera-se suspenso o contrato de trabalho durante o período em que o trabalhador tiver que comparecer em juízo.
- c) A suspensão punitiva do empregado por período superior a trinta dias apenas será lícita se fundada em razão de extrema gravidade e se previamente comunicada à Delegacia Regional do Trabalho.
- d) Aposentado por invalidez o operário, seu contrato de trabalho ficará suspenso durante o prazo fixado pelas leis da previdência social para a efetivação do benefício.
- e) A percepção de auxílio-doença por período inferior a trinta dias determina a interrupção do contrato de trabalho.

37- São regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- a) os pequenos empreiteiros, assim considerados os operários ou artífices, que contam para a execução de suas atividades com o auxílio de poucos empregados.
- b) os trabalhadores que, aprovados por concurso público, estiverem vinculados às empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- c) os representantes comerciais autônomos, cujas atividades se assemelham àquelas desenvolvidas pelos vendedores-viajantes e propagandistas do comércio em geral.
- d) os trabalhadores domésticos, assim considerados aqueles que prestam serviços à pessoa ou família, em ambiente residencial, com pessoalidade, subordinação, habitualidade e onerosidade.
- e) o trabalhador eventual, cuja atividade não se insere no universo ordinário das necessidades da pessoa física ou jurídica tomadora de seus serviços.

38- Para efeito da Convenção nº 81 da OIT as disposições legais compreendem, além da legislação do país signatário:

- a) os contratos coletivos de trabalho.
- b) os contratos e as convenções coletivos de trabalho.
- c) o contrato individual do trabalho e os contratos coletivos de trabalho.
- d) os laudos arbitrais e os contratos coletivos de trabalho.
- e) as convenções coletivas de trabalho.

39- Sobre a organização sindical, aponte a opção correta.

- a) A assembléia geral do sindicato pode criar contribuições adicionais, sem prejuízo das contribuições sindical e confederativa, mas que serão exigíveis apenas aos trabalhadores sindicalizados, sob pena de ofensa ao princípio da liberdade de associação sindical.
- b) O princípio da unicidade sindical, consagrado na Constituição brasileira de 1988, determina que não pode haver mais de uma entidade sindical, representativa da mesma categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que deve ser definida pelos interessados e que não pode ser inferior à área resultante da soma de pelo menos três municípios contíguos.
- c) O postulado da liberdade sindical tem significado restrito na ordem jurídica brasileira, apenas expondo o sentido subjetivo do direito de livre filiação às organizações sindicais, assegurado a trabalhadores ativos e inativos.
- d) Como expressão da ampla autonomia assegurada aos sindicatos, é facultativa a participação dessas entidades nas negociações coletivas de trabalho.
- e) Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, podendo a lei ampliar ou restringir o campo de atuação a eles reservado, na perspectiva da melhoria da condição social dos trabalhadores filiados.

40- A prorrogação da jornada normal de trabalho formaliza-se mediante:

- a) cláusula do contrato individual de trabalho.
- b) acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- c) autorização do Ministério do Trabalho.
- d) acordo individual de trabalho.
- e) sentença da Justiça do Trabalho.

41- Acerca dos institutos da estabilidade, da garantia de emprego e de seus reflexos sobre o contrato individual de trabalho, assinale a opção incorreta.

- a) Ao dirigente sindical assegura a ordem jurídica a estabilidade no emprego desde o momento de registro de sua candidatura e, se eleito, até um ano após o final do mandato, dependendo a rescisão de seu contrato da prática de falta grave, devidamente apurada em inquérito judicial.
- b) A trabalhadora gestante tem assegurado o emprego no período compreendido entre o momento da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- c) Ao trabalhador que sofreu acidente do trabalho é assegurada a estabilidade no emprego pelo período de seis meses após a cessação do auxílio-doença acidentário.
- d) Os empregados eleitos como representantes dos trabalhadores em Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA não podem ser dispensados arbitrariamente, mas apenas quando configurados motivos de ordem disciplinar, técnica, econômica e financeira.
- e) Considera-se estável no emprego o trabalhador que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, sem ter realizado opção pelo sistema do FGTS, em período anterior ao advento da Constituição de 1988.

42- No âmbito da Justiça do Trabalho:

- a) as contribuições previdenciárias resultantes de seus julgados podem ser executadas de ofício por seus órgãos, sem prejuízo da opção reservada ao INSS de promover as execuções correspondentes perante os órgãos da Justiça Federal Comum.
- b) as sentenças homologatórias das transações celebradas devem conter a indicação percentual da natureza jurídica das parcelas consideradas, na forma que venha a ser definida pelas partes, não havendo espaço para atuação corretiva ou supletiva do juiz.
- c) a liquidação da sentença deve contemplar, obrigatoriamente, os créditos trabalhistas e o correspondente às custas processuais, podendo também, a critério do juiz, consignar eventuais valores devidos a título de contribuições previdenciárias, para posterior comunicação ao INSS, que deverá adotar as providências que entender cabíveis.
- d) as sentenças homologatórias de transações celebradas são irrecorríveis, inclusive quando envolverem aspectos previdenciários, podendo o INSS, na condição de terceiro interessado, propor medida judicial específica perante o tribunal competente para eventual desconstituição de coisas julgadas que considere lesivas a seus direitos e interesses.
- e) apurado o crédito previdenciário na liquidação da sentença, o INSS será intimado para manifestação em dez dias, sob pena de preclusão, devendo o juiz apreciar, na mesma oportunidade, eventuais embargos e impugnações oferecidas pelos litigantes e pelo credor previdenciário.

43- Na ocorrência de paralisação do trabalho, visando restabelecer a ordem jurídica e/ou o interesse público, o Ministério Público do Trabalho:

- a) representará ao Procurador-Geral do Trabalho.
- b) oficiará ao Ministério do Trabalho.
- c) instaurará o dissídio coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho.
- d) instaurará o dissídio coletivo perante a Vara do Trabalho da localidade.
- e) instaurará o dissídio coletivo perante o Tribunal de Justiça.

44- No julgamento de dissídios coletivos decorrentes de paralisação de qualquer serviço, instaurado por entidade sindical, o Ministério Público do Trabalho:

- a) atua como fiscal da lei.
- b) profere voto de qualidade.
- c) atua como substituto processual da parte.
- d) atua como assistente da parte.
- e) compõe o quórum da sessão do Tribunal.

45- A denúncia, parcial ou total, da Convenção 81 da OIT produzirá efeito:

- a) um ano após seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego.
- b) seis meses após seu registro no Ministério das Relações Exteriores.
- c) dois anos após seu registro na Diretoria Geral da Oficina Internacional do Trabalho.
- d) um ano após seu registro no Ministério das Relações Exteriores.
- e) um ano após seu registro na Diretoria Geral da Oficina Internacional do Trabalho.

CONTABILIDADE

46- A empresa Arbóresse Ltda. mandou elaborar a folha de pagamento do mês de outubro com os seguintes dados:

Salários e Ordenados R\$ 21.000,00;
Horas Extras trabalhadas R\$ 2.000,00;
Imposto de Renda Retido na Fonte R\$ 2.500,00;
Contribuição para o INSS, parte dos empregados 11%;
Contribuição para o INSS, parte patronal 20%;
Depósito para o FGTS 8%.

Com base nos dados e informações acima fornecidos, pode-se dizer que a empresa, em decorrência dessa folha de pagamento, terá despesas totais no valor de

- a) R\$ 29.440,00
- b) R\$ 31.970,00
- c) R\$ 34.470,00
- d) R\$ 26.910,00
- e) R\$ 24.410,00

47- A Companhia Chimical Lorenço Lorne determinou que fosse feita a previsão de vendas de suas mercadorias, fixando-se preços e condições para o mês de junho.

A mercadoria denominada "Alvacenta" faz parte de uma partida de 250 unidades adquiridas em maio, cujo valor a empresa pagou emitindo um cheque de R\$ 12.500,00.

O preço de venda fixado para junho foi o custo de aquisição, com acréscimo suficiente para cobrir o ICMS sobre Vendas e um lucro de 20% sobre o preço de venda.

As vendas são tributadas com ICMS de 10%. As compras anteriores também foram tributadas com ICMS de 12%.

Com base nas informações acima, pode-se dizer que o preço de venda unitário do referido item, para o mês de junho de 2002, deverá ser de

- a) R\$ 71,43
- b) R\$ 65,00
- c) R\$ 62,86
- d) R\$ 61,11
- e) R\$ 57,20

48- Em termos sintéticos podemos dizer que o patrimônio da Cia. The Best está demonstrado abaixo.

Títulos a Receber	R\$ 34.000,00
Títulos a Pagar	R\$ 70.000,00
Seguros a Vencer	R\$ 400,00
Reservas de Capital	R\$ 12.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 2.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 30.000,00
Mercadorias	R\$ 47.000,00
Juros Passivos	R\$ 900,00
Juros Ativos	R\$ 600,00
Impostos a Recolher	R\$ 5.000,00
Fornecedores	R\$ 37.000,00
Clientes	R\$ 16.000,00
Capital Social	R\$ 40.000,00
Caixa	R\$ 13.000,00
Bancos conta Movimento	R\$ 22.000,00
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 700,00

Observações:

dos títulos a receber, 80% são títulos a vencer a longo prazo;

dos títulos a pagar, R\$ 20.000,00 já estão vencidos em dezembro de 2001;

R\$ 35.000,00 vencerão em 2002 e R\$ 15.000,00 vencerão em 2003.

A elaboração do Balanço Patrimonial dessa empresa, em 31.12.01, com base nas informações acima, certamente apresentará um passivo exigível no valor de

- a) R\$ 15.000,00
- b) R\$ 50.000,00
- c) R\$ 70.000,00
- d) R\$ 112.000,00
- e) R\$ 113.000,00

49- Em 31 de agosto de 2002, no Ativo Imobilizado da firma Nor-Noroeste constavam as contas Máquinas e Equipamentos e Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos, com saldos, respectivamente, devedor de R\$ 9.000,00 e credor de R\$ 3.000,00.

As referidas contas representavam apenas uma máquina, comprada por R\$ 5.400,00, e um equipamento, comprado por R\$ 3.600,00, simultaneamente, tempos atrás.

A máquina e o equipamento foram depreciados contabilmente na mesma proporção e não sofreram correção monetária nem baixas durante o período.

Ao fim do dia, o Gerente informa à Diretoria que já havia fixado o preço de venda do equipamento, na forma solicitada. Recebeu, então, a contra-ordem para oferecer um desconto comercial de 10% sobre o aludido preço, suficiente para não constar na demonstração do resultado nem ganhos nem perdas de capital com a alienação desse equipamento.

A alienação não será tributada e os centavos serão abandonados.

Com base nas informações acima, podemos dizer que o preço de venda fixado para o equipamento foi de

- a) R\$ 2.310,00
- b) R\$ 2.333,00
- c) R\$ 2.640,00
- d) R\$ 2.667,00
- e) R\$ 2.772,00

50- A escrituração contábil da empresa Normas Mor-nas S/A tornou disponíveis as seguintes informações para permitir o cálculo da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Contas	saldos
Reversão de Provisões	R\$ 2.500,00
Reversão de Reservas	R\$ 1.800,00
Lucros Acumulados	R\$ 8.000,00
Reserva Legal	R\$ 5.000,00
Participação de Administradores	R\$ 2.000,00
Participação de Debenturistas	R\$ 2.200,00
Receita Bruta de Vendas	R\$ 80.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 70.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 30.000,00
Aluguéis Passivos	R\$ 1.200,00
Depreciação Acumulada	R\$ 3.000,00
Comissões Ativas	R\$ 2.100,00
Salários e Ordenados	R\$ 4.800,00

Utilizando as informações acima, naquilo que for pertinente ao assunto, pode-se dizer que o cálculo da provisão para IR e CSLL, feito à alíquota de 35%, vai alcançar o valor de

- a) R\$ 12.040,00
- b) R\$ 12.740,00
- c) R\$ 12.810,00
- d) R\$ 13.510,00
- e) R\$ 13.685,00

51- A empresa Rotetok Ltda. ostenta, orgulhosamente, demonstrações financeiras com os seguintes dados:

Contas	saldos
Disponibilidades	R\$ 1.000,00
Créditos	R\$ 6.000,00
Estoques	R\$ 3.000,00
Fornecedores	R\$ 1.500,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 2.500,00
Exigível a Longo Prazo	R\$ 1.000,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 1.000,00
Imobilizado	R\$ 1.000,00
Capital Social	R\$ 10.000,00
Reservas	R\$ 1.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 2.000,00
Receitas de Vendas	R\$ 18.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 12.000,00
Despesas Operacionais	R\$ 4.000,00

O estoque inicial de mercadorias era de R\$ 3.000,00. Analisando os elementos que compõem a demonstração acima, pode-se dizer, em relação a essa empresa que

- a) o estoque tem rotação no prazo médio de 90 dias.
- b) o coeficiente de rotação dos estoques é 5,00.
- c) a liquidez seca não chega a 3/5 da liquidez corrente.
- d) o quociente de imobilização de capitais equivale a 50%.
- e) o rendimento do capital nominal chega a 30%.

52- Em 31 de dezembro de 2001, a firma Leo, Lea & Cia. tinha um patrimônio composto dos seguintes elementos, com respectivos valores, em milhares de reais:

Disponibilidades	150
Fornecedores	120
Clientes	250
Duplicatas a Pagar	220
Estoques de Mercadorias	300
Títulos a Pagar	60
Duplicatas a Receber a Longo Prazo	200
Duplicatas a Pagar a Longo Prazo	300
Títulos a Pagar a Longo Prazo	100
Investimentos	80
Capital Social	400
Imobilizado	260
Reservas de Capital	140
Ativo Diferido	160
Lucros Acumulados	60

O balanço decorrente do patrimônio acima foi submetido ao programa de análise contábil da empresa, tendo revelado, em termos percentuais, os seguintes quocientes de liquidez:

- a) Liquidez Geral 175,00 %
- b) Liquidez Corrente 150,00 %
- c) Liquidez Comum 112,50 %
- d) Liquidez Seca 100,00 %
- e) Liquidez Imediata 44,12 %

53- Segundo as Normas Profissionais de Auditor Independente, julgue os itens em relação à independência do auditor, marcando a opção incorreta.

- a) A avaliação permanente da carteira de clientes deverá ser feita por escrito, considerando que a independência em relação aos clientes deve abranger toda a equipe técnica que trabalhar para o cliente.
- b) O auditor deve ser independente, não podendo deixar-se influenciar por fatores estranhos, por preconceitos ou quaisquer outros elementos materiais ou afetivos que resultem perda, efetiva ou aparente, de sua independência.
- c) O auditor deve recusar o trabalho ou renunciar à função na ocorrência de vínculo conjugal, relação de trabalho como empregado, participação direta ou indireta como acionista ou sócio, interesse financeiro direto (imediatamente) e função ou cargo incompatível com a atividade de auditoria ou qualquer outra situação de conflito de interesses no exercício da auditoria independente.
- d) A utilização de equipe técnica deve ser prevista de maneira a fornecer razoável segurança de que o trabalho venha a ser executado por pessoa com capacitação profissional, independência e treinamento requeridos nas circunstâncias.
- e) Está impedido de executar trabalho de auditoria independente, o auditor que tenha tido vínculo conjugal ou de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau, em linha colateral até o 2º grau e por afinidade até o 3º grau, com administradores, acionistas, sócios ou com empregados que tenham ingerência na sua administração ou nos negócios ou sejam responsáveis por sua contabilidade, no período a que se refere a auditoria ou durante a execução dos serviços, em relação à entidade auditada, suas coligadas, controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico.

54- Na realização dos serviços de auditoria, a avaliação do controle interno é de fundamental importância para o auditor. Assim sendo, pode-se afirmar que:

- a) há relação do controle interno com o número de testes a serem aplicados pela auditoria. Desta forma, se o controle interno for eficiente, menor será o número de testes, mas o auditor nunca deverá deixar de aplicá-los. No entanto, se o controle interno for deficiente, o auditor deverá aplicar número maior.
- b) empresa que apresente controle interno deficiente, segundo a avaliação do auditor, dispensa a aplicação de teste, pois o controle interno não interfere nessa análise.
- c) o número de testes é puramente subjetivo, ou seja, depende da experiência do auditor.
- d) os testes de auditoria não guardam correlação com a avaliação do controle interno da empresa.
- e) empresa que apresente controle interno eficiente, segundo a avaliação do auditor, dispensa a aplicação de testes de auditoria.

55- Em relação aos procedimentos de auditoria, pode-se dizer que o procedimento de correlação das informações é aplicado quando

- a) faz-se a contagem de caixa.
- b) implica declaração formal e imparcial de pessoas independentes da empresa auditada e que estejam habilitadas a confirmar.
- c) o auditor verificar o recebimento de duplicatas a receber que afetam as disponibilidades e contas a receber.
- d) analisam-se os registros de uma determinada área da empresa que está sob exame.
- e) é realizado qualquer procedimento de auditoria em contas do passivo, caracterizando-se pela observação das rotinas adotadas pelo empregado da empresa auditada em relação à execução de sua atividade diária.

56- De acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, em relação ao Parecer do Auditor não é correto afirmar que:

- a) é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, nestas normas denominado auditor.
- b) o parecer sem ressalva indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos Princípios Geralmente Aceitos e com base na subjetividade do auditor.
- c) em condições normais, é dirigido aos acionistas, cotistas, ou sócios, ao conselho de administração ou à diretoria da entidade, ou outro órgão equivalente, segundo a natureza desta. Em circunstâncias próprias, o parecer é dirigido ao contratante dos serviços.
- d) a abstenção de opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto não elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão do usuário dessas demonstrações.
- e) o auditor independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, as evidências de riscos constatadas em exames e os efeitos que poderão ocasionar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre tal fato.

57- No segundo trimestre de 2002, a Indústria Esse de Produtos Fabris concluiu a produção de 600 unidades do item X2, tendo logrado vender 400 dessas unidades, ao preço unitário de R\$ 120,00.

No mesmo período foram coletadas as informações abaixo:

- Custo Variável unitário R\$ 20,00.
- Total de Custos Fixos R\$ 18.000,00.
- Despesas variáveis de vendas de R\$ 2,00 por unidade.
- Inexistência de Estoque Inicial de Produtos no período.

Com base nas informações acima, feitas as devidas apurações, pode-se dizer que:

o Custo dos Produtos Vendidos;
o Estoque Final de Produtos e
o Lucro Líquido do período, calculados, respectivamente, por meio do Custeio por Absorção e do Custeio Variável, alcançaram os seguintes valores:

- a) R\$ 18.000,00; R\$ 6.000,00; R\$ 8.000,00;
R\$ 6.000,00; R\$ 27.000,00; R\$ 21.000,00.
- b) R\$ 16.000,00; R\$ 4.000,00; R\$ 12.000,00;
R\$ 3.000,00; R\$ 26.500,00; R\$ 20.500,00.
- c) R\$ 20.000,00; R\$ 8.000,00; R\$ 10.000,00;
R\$ 4.000,00; R\$ 27.200,00; R\$ 21.200,00.
- d) R\$ 15.000,00; R\$ 5.000,00; R\$ 14.000,00;
R\$ 8.000,00; R\$ 25.400,00; R\$ 23.200,00.
- e) R\$ 12.000,00; R\$ 10.000,00; R\$ 16.000,00;
R\$ 6.000,00; R\$ 22.200,00; R\$ 20.200,00.

58- A Fábrica de Coisas de Plástico trabalhava sua produção com base nos seguintes dados:

- Capacidade de produção: 10.000 unidades.
- Vendas: 8.000 unidades.
- Preço de Venda: R\$ 100,00 por unidade.

Os custos incorridos na produção eram os seguintes:

- Matéria-Prima: R\$ 32,00 por unidade.
- Mão-de-obra Direta: R\$ 24,00 por unidade.
- Custo indireto variável: R\$ 8,00 por unidade.
- Custo indireto fixo: R\$ 80.000,00 por mês.

As despesas administrativas e de vendas são:

- Fixas: R\$120.000,00 por mês.
- Variáveis: 3% da receita bruta.

A empresa trabalhava com estes indicadores quando recebeu uma proposta para fornecimento de 1.200 unidades durante os próximos 2 meses, ao preço unitário de R\$ 70,00.

A empresa convocou o Contador de Custos para decidir se poderia aceitar a proposta, mesmo sabendo que as despesas variáveis de vendas para esse pedido seriam de 5% da respectiva receita. Utilizando o conceito da margem de contribuição, pode-se concluir que

- a) o pedido não deve ser aceito, pois o preço de venda da proposta é menor que o já praticado pela empresa.
- b) o pedido não deve ser aceito, pois além de o preço de venda ser inferior ao já praticado pela empresa, o lucro diminuirá em função do aumento das despesas variáveis de 3% para 5%.
- c) o pedido deve ser aceito, pois significará um aumento da ordem de R\$ 1.000,00 no lucro final da empresa.
- d) o pedido deve ser aceito, pois significará um aumento da ordem de R\$ 3.000,00 no lucro final da empresa.
- e) o pedido deve ser aceito, pois significará um aumento da ordem de R\$ 4.000,00 no lucro final da empresa.

59- A Marcenaria Greenwood S/A está produzindo mesas. No fim de setembro a linha de produção mantinha 300 unidades inacabadas, em fase média de processamento de 30%.

No referido mês, o custo unitário de fabricação alcançou R\$ 2.500,00.

No mês seguinte, outubro de 2002, a fábrica conseguiu concluir 2.100 unidades e iniciar outras 500 unidades, deixando-as em fase de processamento com 50% de execução.

O custo total desse mês foi de R\$ 5.763.000,00.

Com base nestas informações e sabendo-se que a empresa utiliza o critério PEPS para avaliação de custos e estoques, é correto afirmar que os elementos abaixo têm os valores respectivamente indicados.

- a) Produção Acabada de outubro R\$ 4.590.000,00; Produção em Andamento de setembro R\$ 750.000,00; e Produção em Andamento de outubro R\$ 657.500,00.
- b) Produção Acabada de outubro R\$ 5.350.500,00; Produção em Andamento de setembro R\$ 225.000,00; e Produção em Andamento de outubro R\$ 637.500,00.
- c) Produção Acabada de outubro R\$ 5.125.500,00; Produção em Andamento de setembro R\$ 450.000,00; e Produção em Andamento de outubro R\$ 687.500,00.
- d) Produção Acabada de outubro R\$ 4.815.000,00; Produção em Andamento de setembro R\$ 350.000,00; e Produção em Andamento de outubro R\$ 727.500,00.
- e) Produção Acabada de outubro R\$ 5.500.350,00; Produção em Andamento de setembro R\$ 325.000,00; e Produção em Andamento de outubro R\$ 673.500,00.

60- A empresa Tarefeoir Ltda. fabrica seu principal produto por encomendas antecipadas. Nesse tipo de atividade, os custos são acumulados numa conta específica para cada ordem de produção (ou encomenda). A apuração só ocorre quando do encerramento de cada ordem.

Em 31.01.01 estavam em andamento as seguintes ordens de produção

Ordem Prod.	Mat. Prima	M. Obra	CIF	Total
001	R\$ 30.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 62.000,00
002	R\$ 100.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 190.000,00

Em fevereiro de 2001 os gastos com matéria-prima e mão-de-obra foram de:

Ordem Produção	Matéria-Prima	Mão-de-obra
001	R\$ 45.000,00	R\$ 28.800,00
002	R\$ 135.000,00	R\$ 50.400,00
003	R\$ 297.000,00	R\$ 64.800,00
Total	R\$ 477.000,00	R\$ 144.000,00

Os custos indiretos de fabricação no mês de fevereiro de 2001 totalizaram R\$ 225.000,00 e foram apropriados proporcionalmente aos custos com a mão-de-obra.

Sabendo-se que as Ordens 001 e 002 foram concluídas em fevereiro e foram faturadas aos clientes por R\$ 350.000,00 e R\$ 580.000,00, respectivamente, e que os produtos são isentos de tributação, pode-se afirmar, com certeza, que as referidas ordens geraram, respectivamente, Lucro Bruto no valor de

- a) R\$ 150.200,00 e R\$ 130.350,00
- b) R\$ 174.500,00 e R\$ 140.300,00
- c) R\$ 190.000,00 e R\$ 173.800,00
- d) R\$ 184.250,00 e R\$ 148.300,00
- e) R\$ 169.200,00 e R\$ 125.850,00

DIREITO:

TRIBUTÁRIO

61- Em relação às contribuições sociais, inclusive às destinadas à seguridade social, a Constituição estabelece limitações que devem ser respeitadas pela legislação infraconstitucional. Isto posto, avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. É vedada a concessão de remissão ou anistia da contribuição social destinada à seguridade social, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar, do empregador, da empresa e da entidade equiparada a empresa na forma da lei, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Igual vedação se aplica, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar, à contribuição social de seguridade social, a que se sujeitam o trabalhador e os demais segurados da previdência social.
- II. É vedada a incidência de contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação e sobre a importação de petróleo e seus derivados. Vedada também é a incidência de contribuição para a seguridade social sobre o valor das aposentadorias e pensões concedidas pelo regime geral de previdência social.
- III. É vedada a concessão de isenção ou anistia da contribuição social destinada à seguridade social, incidente sobre a receita de concursos de prognósticos, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) I e II são verdadeiras.
- c) I e III são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Todas são falsas.

62- Em relação ao tema competência tributária, é correto afirmar que:

- a) a Constituição atribui à União competência residual para instituir impostos, contribuições para a seguridade social e taxas.
- b) a instituição de empréstimos compulsórios requer lei complementar da União, dos Estados ou do Distrito Federal, conforme competência que a Constituição confere a cada um desses entes da Federação.
- c) para instituir impostos com fundamento na competência residual, é imprescindível, além da competência tributária, veiculação da matéria por lei complementar e observância dos princípios constitucionais da não-cumulatividade e da identidade plena com outros impostos discriminados na Constituição, no que se refere a fato gerador e base de cálculo.
- d) somente a União tem competência residual para instituir impostos.
- e) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência para instituir impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição de intervenção no domínio econômico, que a Constituição lhes reserva.

63- À luz da Constituição, avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. É vedado à União elevar a alíquota do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de 27,5% para 41%, incidente sobre renda líquida igual ou superior a R\$ 120.000,00, auferida no ano civil por pessoa física, por força da disposição constitucional vedatória da utilização de tributo com efeito de confisco, bem assim da que prevê a graduação de impostos segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- II. A cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público não constitui violação do dispositivo constitucional que veda o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- III. Somente à União compete instituir impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa, compreendidos ou não em sua competência tributária, podendo a respectiva cobrança ser iniciada no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei ordinária que os instituir.

- a) Somente I é falsa.
- b) I e II são falsas.
- c) I e III são falsas.
- d) II e III são falsas.
- e) Todas são falsas.

64- Com referência a tributo e suas espécies, é correto afirmar que:

- a) empréstimo compulsório, contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e compensação financeira aos Estados pela exploração de petróleo por empresas privadas são espécies tributárias.
- b) tributo é um gravame cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- c) são espécies tributárias, entre outras, imposto, taxa, contribuição em favor de categoria profissional, preço público e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- d) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- e) tributo é a prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, que não constitua sanção de ato ilícito, ressalvado o caso de ato ilícito que requeira reparação em virtude de guerra.

65- Sobre o tema legislação tributária, é correto afirmar que, nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) a aplicação da legislação tributária restringe-se a fatos geradores futuros, isto é, àqueles ocorridos a partir de sua vigência, em consonância com o princípio constitucional da irretroatividade das leis.
- b) a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- c) a lei tributária aplica-se a ato pretérito que não tenha sido definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.

- d) a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, inclusive no caso de envolver inadimplemento de obrigação principal, desde que o ato ou fato não se tenha realizado por meio de fraude.
- e) é permitido à autoridade administrativa empregar a equidade para dispensar o cumprimento de obrigação tributária principal, quando se depara com ausência de disposição legal expressa para decidir litígio tributário cujo julgamento é de sua competência.

66- Relativamente ao tema obrigação tributária, o Código Tributário Nacional estabelece que, salvo disposição de lei em contrário, a solidariedade tributária passiva produz o seguinte efeito, entre outros:

- a) a suspensão da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.
- b) o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- c) a isenção ou anistia do crédito tributário exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- d) a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- e) a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não favorece os demais.

67- A fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciou ação fiscal na empresa XYZ, em 20 de junho de 2002, para verificar o cumprimento de obrigações tributárias, inclusive o recolhimento de contribuições devidas à seguridade social, ocasião em que foi lavrado o respectivo termo de início de fiscalização. No referido termo, o agente fiscal do INSS intimou a empresa a apresentar os documentos comprobatórios de escrituração em seus livros, bem assim os comprovantes de recolhimento das contribuições devidas. Em 15 de julho de 2002, percebendo que poderia ser apenado por haver cometido infração à legislação pertinente, consistente no fato de ter deixado de recolher aos cofres públicos contribuição descontada de seus empregados, o representante legal da empresa, antes mesmo de apresentar à fiscalização os documentos solicitados no termo inicial

de fiscalização, denunciou espontaneamente a infração, incluindo em tal denúncia a prova de recolhimento aos cofres do INSS do valor integral da contribuição, acrescido dos juros de mora exigidos por lei. É sabido que a referida contribuição, recolhida pelo sujeito passivo, submete-se à modalidade de lançamento por homologação. Com base nos elementos ora apresentados e tendo em vista a legislação pertinente à matéria, é correto afirmar que a responsabilidade pela infração cometida:

- a) ficou excluída, considerando-se que houve denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento integral da contribuição e dos juros de mora.
- b) não ficou excluída, porquanto a autoridade administrativa competente do INSS deveria, previamente ao pagamento, arbitrar o montante do valor da contribuição devida, em consonância com as normas legais reguladoras do lançamento por homologação.
- c) não ficou excluída, pois não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início do procedimento de fiscalização, ainda que tenha sido pago o valor integral da contribuição e dos juros de mora devidos.
- d) não pode remanescer na esfera administrativa do INSS, considerando-se que o pagamento integral da contribuição e dos juros de mora devidos extingue a punibilidade criminal do agente.
- e) possibilitará que haja condenação do agente pela prática de crime de sonegação fiscal, considerando-se que deveria ter sido pago, inclusive, o valor da multa de mora incidente sobre a contribuição recolhida fora do prazo fixado em lei.

68- A Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, em seu art. 11, § 3º, impedia o uso das informações relativas à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), pela Fazenda Pública, para constituir crédito tributário referente a outros tributos. O referido dispositivo legal foi modificado pela Lei nº 10.174, de 9 de janeiro de 2001, que entrou em vigor em 10 de janeiro de 2001, passando-se, desde então, a ser admitida a possibilidade de utilização das mencionadas informações para constituição de créditos tributários relativos a outros tributos, inclusive no tocante ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2002, prevê que o fornecimento de informações da CPMF pelas instituições financeiras à administração tributária federal não constitui violação do dever de sigilo. A fiscalização tributária federal, à vista dos novos permissivos legais, utilizou informações da CPMF relativas a movimentações financeiras efetuadas antes de 2001, que já se encontravam em seu poder, com base nas quais apurou que a empresa WGP deixou de recolher parte do imposto de renda devido, relativo a fatos geradores ocorridos em 1999 e 2000. A fiscalização lançou a diferença do imposto apurado, por meio de auto de infração. A empresa WGP, não concordando com o lançamento, impugnou-o, tempestivamente, na esfera administrativa própria, alegando que a exigência fiscal era improcedente, sob o argumento de que, em face do princípio da irretroatividade das leis, não poderia a Fazenda Pública valer-se de informações anteriormente obtidas, para lançar crédito tributário relativo a períodos em que a lei proibia o uso dessas informações para fiscalizar imposto de renda. Com base nos elementos ora apresentados e na legislação aplicável à matéria, assinale a resposta correta.

- a) A impugnação deve ser julgada procedente e, por conseguinte, declarado extinto o crédito tributário, considerando-se que o lançamento se reporta, nos termos do Código Tributário Nacional, “à data de ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada”.
- b) A impugnação deve ser julgada procedente, tendo em vista que as informações sobre movimentação financeira da empresa, por serem sigilosas, só poderiam ter sido utilizadas pela fiscalização, se tivesse havido, para tanto, prévia autorização judicial, conforme determina a legislação infraconstitucional.
- c) A impugnação deve ser julgada procedente, para desconstituir o crédito lançado, tendo em vista que, nos termos do Código Tributário Nacional, a legislação tributária aplica-se aos fatos geradores futuros e aos pendentes.
- d) A impugnação deve ser julgada procedente, considerando-se que o lançamento de crédito tributário regularmente notificado ao contribuinte pode ser desconstituído em virtude de impugnação apresentada na esfera administrativa e tendo em vista a plausibilidade da tese jurídica sustentada pela empresa WGP.
- e) A impugnação deve ser julgada improcedente e, em consequência, deve ser mantido o lançamento do crédito tributário, porquanto é aplicável ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas.

69- A Fazenda Pública efetuou lançamento de crédito tributário, em 30 de outubro de 1995, para exigir da empresa FNJ valor de tributos que deixou de ser recolhido aos cofres públicos na época própria, fixada na legislação, referente a fatos geradores ocorridos em 1991. Não concordando com lançamento do crédito tributário que lhe foi exigido pela Fazenda Pública, a empresa impugnou-o, tempestivamente. A decisão de primeira instância administrativa considerou improcedente uma parte do lançamento e manteve outra. Não se conformando com tal decisão, a empresa interpôs, tempestivamente e com observância dos preceitos legais pertinentes, recurso para a segunda instância administrativa, o qual ainda não foi julgado. A empresa, não tendo outro débito tributário pendente de pagamento ou julgamento e precisando provar a quitação de tributos, para fins de participação em licitação, requereu, em 2 de janeiro de 2002, certidão negativa de débitos à repartição fiscal competente. Com base nesses elementos e consideradas as pertinentes disposições do Código Tributário Nacional, assinale a assertiva correta.

- a) A empresa faz jus à certidão negativa de débito, sem que dela conste restrição relativa a débitos, porque, mesmo havendo litígio fiscal pendente de julgamento, a Fazenda Pública está impedida de exigir o respectivo crédito tributário em virtude de sua exigibilidade estar suspensa.
- b) A Fazenda Pública deve fornecer a certidão negativa nos termos em que foi requerida, tendo em vista que o débito pendente de julgamento já foi extinto pela prescrição e que não há qualquer outro débito pendente em nome da empresa.
- c) Deve a Fazenda Pública fornecer apenas certidão positiva de débito, com efeitos de certidão negativa, considerando-se que não ocorreu a prescrição do seu direito de ação e que o recurso interposto pela empresa suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- d) A empresa não faz jus à certidão positiva de débito, com efeitos de certidão negativa, porque o recurso para a segunda instância administrativa, ainda que interposto tempestivamente, não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- e) A empresa pode obter certidão negativa de débitos, se depositar, administrativa ou judicialmente, o montante integral do valor que a decisão de primeira instância considerou devido à Fazenda Pública.

70- O contribuinte BPV, discordando de crédito tributário que a Fazenda Pública lhe exigiu, ingressou na Justiça com mandado de segurança, visando a obstar a cobrança que entendia indevida. O juiz concedeu liminar, no mandado de segurança, para impedir a Fazenda Pública de exigir o crédito tributário em questão. Prevê o Código Tributário Nacional que medidas liminares concedidas em ações judiciais suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Tendo em vista esses elementos e com base na legislação pertinente, assinale a resposta correta.

- a) Se o juiz não julgar o processo em noventa dias, a liminar perde eficácia, podendo, assim, a Fazenda Pública inscrever o débito em dívida ativa e promover a execução judicial.
- b) Ainda que o juiz de 1ª instância demore um, cinco, dez ou mais anos para proferir sentença no mandado de segurança, a Fazenda Pública fica impedida de promover a execução judicial da dívida do sujeito passivo durante todo o período em que a liminar não estiver revogada, suspensa ou cassada por decisão judicial.
- c) Se no prazo de um ano o processo não for julgado em primeira instância, a liminar perde eficácia, podendo, assim, a Fazenda Pública inscrever o débito em dívida ativa e promover a execução judicial.
- d) Existente a eficácia da liminar, deve ser promovida a execução judicial da dívida, independentemente de ter sido, ou não, proferida sentença no mandado de segurança, antes de expirar o prazo de cinco anos, contado da data em que o representante da Fazenda Pública foi notificado da liminar.
- e) Existente a eficácia da liminar, fica a Fazenda Pública autorizada a promover a execução judicial da dívida, independentemente de ter sido, ou não, proferida sentença no mandado de segurança, antes de expirar o prazo de cinco anos, contado da data em que o contribuinte foi notificado do lançamento do crédito tributário, com vistas a prevenir a ocorrência de prescrição da ação de execução fiscal.

71- Não obstante o pagamento seja a forma mais comum de extinção do crédito tributário, o Código Tributário Nacional prevê outras causas extintivas. Assim, é correto afirmar que são causas ou formas extintivas do crédito tributário, entre outras, as seguintes:

- a) a compensação, a transação, a anistia e a dação em pagamento.
- b) a prescrição, a dação em pagamento e o depósito do montante integral.
- c) a decadência, a novação e a decisão administrativa irreformável.
- d) a consignação em pagamento, a dação em pagamento e a concessão de medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade.
- e) a dação em pagamento em bens imóveis, a decisão judicial passada em julgado, a transação e a compensação.

72- Em relação às garantias e privilégios do crédito tributário, é correto afirmar que:

- a) presume-se fraudulenta a alienação de bens pelo sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário constituído regularmente e inscrito como dívida ativa.
- b) os bens do sujeito passivo, gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, respondem, em sua totalidade, pelo pagamento do crédito tributário da Fazenda Pública, excluídos os bens que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita a habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, sendo admitida a execução fiscal antes da inscrição do débito do sujeito passivo como dívida ativa da Fazenda Pública, no caso de a autoridade judicial competente reconhecer a presença dos requisitos de urgência e relevância na questão submetida a julgamento, para evitar insucesso na realização do crédito tributário.
- d) o crédito tributário prefere aos demais, ressalvados os créditos decorrentes da legislação trabalhista e os protegidos por garantia real.
- e) a natureza do crédito tributário é alterada pelas garantias que a ele são atribuídas pelo Código Tributário Nacional.

73- A fiscalização de tributos federais, devidamente autorizada e procedendo em conformidade com a legislação regente de sua atuação, iniciou ação fiscal na empresa QSZ, com o objetivo de verificar se estavam sendo cumpridas as obrigações tributárias referentes à contribuição social sobre o lucro e ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. No curso da ação fiscal, examinados os livros, documentos e registros pertinentes, deparou-se com situação indiciária de omissão de receitas pela empresa. Entretanto, para provar a existência da infração à legislação tributária, a fiscalização necessitava de elementos adicionais, tais como extratos das contas correntes da empresa mantidas em instituições financeiras. Assim, a fiscalização intimou a empresa para que apresentasse os referidos extratos bancários. A empresa recusou-se a fornecê-los, sob a alegação de que tais extratos continham informações protegidas por sigilo bancário. Em face dessa negativa da empresa, a fiscalização relatou o fato, circunstanciadamente, ao chefe da repartição fazendária – que dispõe de competência legal para requisitar às instituições financeiras informações sobre movimentação financeira de terceiros – com vistas a que adotasse as providências de sua competência. Examinado o relatório da fiscalização, o chefe da repartição fazendária concluiu que estava caracterizada a hipótese de indispensabilidade das informações bancárias, à luz dos fatos e da legislação aplicável à matéria. Por essa razão, requisitou as informações pretendidas pela fiscalização às instituições financeiras. Com base nos elementos ora apresentados e considerando a legislação reguladora do sigilo bancário e da atuação da fiscalização tributária, assinale a resposta correta.

- a) As instituições financeiras devem atender à requisição fazendária, se, avaliando o caso concreto, chegarem à conclusão de que as informações requisitadas são indispensáveis ao prosseguimento da ação fiscal.
- b) As instituições financeiras não estão obrigadas a fornecer as informações requisitadas, pois envolveria quebra de sigilo bancário e, assim, ficariam os responsáveis pela quebra de sigilo sujeitos a sanções nas esferas penal e civil.
- c) As informações requisitadas só devem ser fornecidas pelas instituições financeiras, se houver prévia autorização judicial.
- d) As informações requisitadas não devem ser fornecidas, se as instituições financeiras não forem prévia e expressamente autorizadas pela empresa QSZ.

- e) É legalmente cabível que o chefe da repartição fazendária requirite as informações bancárias pretendidas pela fiscalização, indispensáveis à aplicação da legislação tributária, assim como as instituições financeiras têm o dever legal de fornecê-las.

74- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. O processo administrativo fiscal referente às contribuições para a seguridade social, administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pela Secretaria da Receita Federal, está submetido, integralmente, às regras ditadas pelo Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que “rege o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União”.
- II. O seguimento de recurso para a segunda instância administrativa da Previdência Social, em caso de litígio fiscal referente às contribuições exigíveis de pessoas jurídicas e administradas pelo INSS, não está condicionado a prévio depósito de valor de exigência fiscal definida em decisão de 1ª instância.
- III. A propositura, pelo contribuinte, de ação que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo fiscal não importa renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa do Ministério da Previdência e Assistência Social nem acarreta desistência do recurso administrativo interposto.

- a) Todas são falsas.
b) somente I é verdadeira.
c) I e II são verdadeiras.
d) II e III são verdadeiras.
e) I e III são verdadeiras.

75- Em relação a processos tributários, é correto afirmar que:

- a) não cabe ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados, exceto na hipótese de ser requerida pelo Ministério Público com a finalidade de impugnar ato administrativo executado com base em lei que instituiu ou majorou tributo sem a observância de princípio constitucional garantidor de direitos dos contribuintes.

- b) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado, se a decisão judicial denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- c) revela-se juridicamente admissível a propositura de ação de execução fiscal, antes de estar o crédito tributário inscrito em dívida ativa da Fazenda Pública, desde que tenha sido proferida decisão definitiva pelo órgão competente de julgamento administrativo, da qual não mais caiba recurso, no correspondente processo administrativo tributário.
- d) o seguimento de recursos que visem questionar decisão confirmatória de lançamento de crédito tributário, interpostos pelo contribuinte para a segunda instância administrativa, não pode ficar condicionado à exigência de depósito prévio, ainda que estabelecida em lei ordinária, em face de evidente inconstitucionalidade de tal exigência, tendo em vista o preceito constitucional que assegura aos litigantes, em processo administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- e) o prazo de prescrição da ação anulatória de decisão administrativa que denegar restituição de tributos não se interrompe pelo início da referida ação judicial.

PENAL TRIBUTÁRIO

76- Quanto ao princípio da legalidade penal pode-se dizer que:

- a) o princípio *nullum crimen nulla poena sine lege scripta* admite a incriminação através dos costumes e a aplicação analógica das normas incriminadoras.
- b) do princípio da legalidade decorrem, ao menos, três acepções, quais sejam, reserva legal, anterioridade da lei e taxatividade.
- c) a descrição penal indeterminada, isto é, que impossibilite determinar qual a abrangência do preceito primário da lei penal, não infringe o princípio da legalidade.
- d) no que concerne à sanção penal, a exigência de taxatividade revela-se compatível com as chamadas penas indeterminadas.
- e) a exigência de lei para criminalizar condutas ou impor penas não se coaduna com o princípio da reserva legal.

77- Configura estado de necessidade e, portanto exclui a ilicitude do fato:

- a) a apropriação de contribuição previdenciária para pagamento de empregados, segundo entendimento jurisprudencial.
- b) a intervenção cirúrgica que atenda às exigências deontológicas e técnicas.
- c) a prisão em flagrante delito pela autoridade policial.
- d) o requerimento, pelo advogado no cumprimento de um mandato outorgado por seu cliente, de abertura de procedimento criminal contra alguém, imputando-lhe um fato delituoso.
- e) a coação para evitar suicídio.

78- No tocante ao crime de facilitação de contrabando e descaminho, pode-se afirmar que:

- a) quanto ao contrabando, deve-se remeter ao conceito previsto no art. 334 do Código Penal, qual seja, o ato fraudulento que se destina a evitar, total ou parcialmente, o pagamento de direitos e impostos previstos pela entrada, saída ou consumo (pagável na alfândega) de mercadorias.
- b) para a configuração do crime, o sujeito ativo não precisa estar no exercício de sua função.
- c) quanto à figura do descaminho, inclui-se a subreptícia importação ou exportação de mercadoria sem trânsito pela alfândega.
- d) o funcionário público que participar do fato sem que esteja no exercício de sua função responderá pelo crime de contrabando, previsto no art. 334 do Código Penal, como qualquer particular, diante da regra geral do art. 29 do mesmo diploma legal.
- e) para a configuração do crime, a lei exige finalidade especial, consistente na vantagem recebida, ou promessa de vantagem.

79- Em se tratando de crime de falsa identidade, pode-se afirmar que:

- a) o crime ocorrerá, mesmo se o agente dissimular ou ocultar a própria identidade sem substituir-se por outra pessoa e sem atribuir-se nome ou alguma qualidade a que a lei atribuir efeito jurídico para a prova de identidade.
- b) para a configuração do crime, basta a falsa atribuição de identidade e, sendo assim, não é necessário que o agente obtenha vantagem ou proveito próprio.
- c) não constitui crime de falsa identidade, mas a contravenção penal regulada no artigo 46 da Lei de Contravenções Penais, a conduta de usar, publicamente, uniforme ou distintivo de função que não exerça, bem como usar, indevidamente, sinal distintivo ou denominação cujo emprego seja regulado em lei.
- d) para a configuração do crime, não é necessário que o meio utilizado pelo agente seja idôneo a causar a falsidade, caracterizando-se o ilícito, mesmo quando a falsidade for grosseira.
- e) trata-se de crime contra a Administração Pública.

80- Nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/86):

- a) a pessoa jurídica que capta ou administra seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou quaisquer tipos de poupança, ou recursos de terceiros, não se equipara à instituição financeira, para efeito desta Lei.
- b) a apresentação, em liquidação extrajudicial, de declaração de crédito ou reclamação falsa não configura crime.
- c) atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade, para a realização de operação de câmbio, não configura crime.
- d) a ação penal é promovida perante a Justiça Comum Estadual.
- e) distribuir prospecto ou material de propaganda relativo a documento representativo de valor imobiliário, sem autorização escrita da sociedade emissora, configura crime.